

## TENDÊNCIAS DA POLÍTICA BRASILEIRA (ATÉ O FIM DA DÉCADA)

Walder de Góes \*

### TENDÊNCIAS HISTÓRICAS

Cinco tendências históricas principais do sistema político brasileiro podem ser apontadas para os fins desta análise:

1) *O conservantismo*. Sua expressão é a rígida distribuição social do poder e a resistência ao distributivismo econômico e à ampliação da participação. Os atores principais dessa tendência são os níveis mais altos do empresariado, da propriedade rural, das Forças Armadas, da tecnocracia e da elite técnica. O Estado Novo e o Regime de 1964 constituem as afirmações mais típicas da política conservantista, mas ela permeia toda a história, pois tem sido o substrato mais durável e decisivo do funcionamento político do país;

2) *A liberalização*. Sua expressão não é a política democrática, pois ela não dispõe, entre nós, de suficiente autonomia. A política democrática não pôde, ainda, sustentar interesses expressivos, capazes de dar-lhe consistência mediante efetiva redução dos desígnios conservantistas. Assim, no Brasil a liberalização aparece, historicamente, como mera consequência de exaustão conjuntural do conservantismo, quando ele lidera a coalização governante e quando sua legitimidade é solapada por crises políticas ou econômico-sociais.

Não se traduzindo em uma política democrática consistente, a liberalização acaba se associando a práticas populistas e clientelísticas – modelos de ação política que se projetam mais para a manipulação do que para o aumento da participação. Os atores principais da liberalização são os políticos profissionais, a elite técnica reformista e organizações das classes subalternas. Experimentos de liberalização têm sido frequentes na história brasileira, mas sua expressão histórica mais definida é o Regime de 1945, notando-se que um quadro semelhante se esboça na atualidade;

---

\* Jornalista e professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília.

3) *A política de conciliação*. Ela é um compromisso flexível entre valores e instituições que chegaram com os colonizadores e foram depois continuamente renovados. A conciliação aparece em duas versões. Em uma, ela é um processo suave de ajuste de contas entre atores dotados de influência mais ou menos igual. O melhor exemplo dessa versão foi o acordo celebrado em 1961 entre os legalistas e os setores inconformados com a posse de João Goulart. Em outra versão, a conciliação é o reconhecimento, por parte de um pólo político ou social fraco, da primazia de um pólo mais forte. Exemplo notável foi o da deposição de Goulart, em 1964, quando as forças militares minoritárias aderiram às majoritárias, após contagem de homens e armas.

A política de conciliação se apresenta quando as tendências conservantista e liberalizante entram em curso de colisão. O choque nunca se dá, ou nunca é frontal, profundo e dramático. Ele é sempre evitado pela política de conciliação, que é uma fórmula intermediária entre o liberalismo e o autoritarismo. O sistema político, em consequência, funciona como uma tensão polar entre continuidade e mudança, mas nem a continuidade nem a mudança se instala como um processo nítido e continuado. Uma opção clara somente se daria caso se produzisse um choque frontal, profundo e dramático, criando-se uma força hegemônica capaz de aplicar toda a sua ideologia. A política de conciliação, impedindo o choque, impede também o aparecimento de hegemonias nítidas, fundindo-se perspectivas conservantistas e liberalizantes. Instala-se, assim, um quadro que reduz a continuidade, mas não impõe a mudança. Um notável exemplo é o da atual conjuntura brasileira, em que se fundem o conservantismo e a liberalização, juntando-se no governo forças do antigo regime com as que lhes fizeram oposição.

Os atores principais da política de conciliação são setores do próprio conservantismo, os quais percebem os riscos associados às conjunturas que fortalecem a liberalização. São os *liberais*.

O liberalismo, no Brasil, não tem a autonomia doutrinária e ideológica que ele exhibe na Europa Ocidental. Aqui, ele se reduz a uma estratégia dos setores conservantistas que, em determinadas conjunturas, percebem os riscos implícitos na política conservantista ou autoritária. A história brasileira está repleta de exemplos da política de conciliação. A Independência não foi feita pelos líderes anticolonialistas, mas pelos filhos dos proprietários de terra afetados pela onda liberal da época. A abolição da escravatura não foi obra dos abolicionistas, pois sua bandeira foi tomada pelos mesmos liberais. A Revolução de 1930 não foi feita pela burguesia e pelo proletariado nascentes, mas por uma dissidência da oligarquia cujo lema, afinal, foi a frase de Antônio Carlos – “façamos a revolução, antes que o povo a faça” –, por ele produzida ao fundar-se a Aliança Liberal, em

1929. A formação da Aliança Democrática, em 1984, é típica expressão da política de conciliação – a oposição mobilizou o povo contra o regime militar e depois aliou-se a facções desse mesmo regime para formar um novo governo. Mais uma vez, os *liberais* entraram em ação.

4) *A predominância do Estado*. A causa remota da predominância do Estado é conhecida: a criação de um aparelho estatal forte e multifuncional é, no Brasil, antecedente ao surgimento de grupos sociais articulados. Foi o aparelho colonial – o Estado – que definiu as opções da construção da nacionalidade, inclusive na determinação do tipo de elite que iria continuar essa tarefa. A formação tardia das classes sociais, pelo retardamento do processo histórico em geral, garantiu a força tutelar do Estado. Isto é, o Estado tem sido, historicamente, a força organizadora das diferentes coalizões conservantistas. E mesmo quando a modernização avançou, pela urbanização e pela industrialização, os novos grupos sociais passaram a disputar o controle do Estado e não a posse de recursos de poder a ele estranhos. O Estado pôde, assim, manter-se como ator privilegiado, liderando continuamente o processo de desenvolvimento.

5) *O papel dos militares*. Numa sociedade cujas classes tiveram formação tardia e onde predomina o aparelho estatal, era inevitável que as Forças Armadas se transformassem num ator político de primeira grandeza. Elas protagonizaram o processo de formação da nacionalidade, desde a proclamação da República e, assim, retiveram poder para influenciar poderosamente a forma como o poder político é distribuído. Esse papel foi grandemente fortalecido pela evolução recente da corporação militar, marcada por três processos conexos, descritos por Edmundo Campos Coelho: “o peso crescente dos interesses da organização como fatores de seu comportamento político, a aquisição de graus cada vez mais elevados de autonomia em relação à sociedade e o fechamento progressivo aos influxos sociais”<sup>1</sup>.

No curso dessa evolução, as Forças Armadas se tornaram estatais enquanto o Estado se tornou militar. As conjunturas militarizantes associadas ao regime fundado em 1964 tornaram esses processos mais amplos e estruturados. De um lado, a corporação militar fundou no Estado mecanismos institucionais que lhe propiciam posição privilegiada na tomada de decisões. De outro, ela conduziu numerosamente seus quadros da reserva para campos tradicionalmente civis da administração pública. Assim, a força política da corporação militar, institucionalizada e não

---

1. Campos Coelho, Edmundo – Em busca da Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira, Forense, Rio, 1976 (Ver Introdução, p. 27).

institucionalizada, fez do pensamento das Forças Armadas a fonte das opções do Estado e criou um diferencial de poder que dificulta a organização política da sociedade.

### TENDÊNCIAS MODERNAS

No quadro das tendências históricas acima referidas, os níveis mais altos das elites estabeleceram um diferencial de poder desequilibrante dos recursos políticos detidos pelos diferentes outros grupos sociais. Ao longo da história, eles impuseram sua agenda. Somente a flexibilizaram, através da política de conciliação, nos momentos em que o declínio de sua legitimidade reforçou conjunturalmente os recursos de poder da tendência liberalizante.

Os tempos recentes, porém, estabeleceram tendências estruturais novas. Essas tendências não eliminaram o diferencial de poder das forças conservantistas, mas lhes impuseram limites, reduzindo – mas não eliminando – a eficácia da política de conciliação. As novas tendências nasceram no bojo do processo de modernização das últimas décadas, associado à urbanização, à industrialização e à atualização do campo. A sociedade brasileira tornou-se complexa e diferenciada, o desenvolvimento dos meios de comunicação uniformizou códigos e valores, as expectativas de consumo tornaram-se generalizadas, cresceu a massa da população dotada de melhor educação geral e técnica e se ampliaram os pontos de contato entre a cultura nacional e a dos países desenvolvidos.

Em conseqüência, redesenhou-se o perfil dos quatro atores informais mais importantes da sociedade brasileira. Os trabalhadores urbanos, de um lado, e os empresários, de outro, tornaram-se mais fortes perante o Estado na medida em que suas formas de organização se expandiram fora dos moldes corporativos tradicionais. Os índices de sindicalização cresceram fortemente nos últimos vinte anos e os trabalhadores, ademais, criaram centrais intersindicais e estabeleceram outras formas autônomas de organização que os fortaleceram como ator político. Os empresários, igualmente, passaram a se unir numerosamente em torno de entidades alheias à estrutura piramidal supervisionada pelo Ministério do Trabalho. O campesinato emergiu como uma força nova. Em vinte anos, os trabalhadores rurais sindicalizados – 30% dos quais já vivem em regime de salário – cresceram de menos de 2 milhões para 8 milhões. As classes médias técnicas tornaram-se igualmente um ator influente, ao crescerem em quantidade e capacidade de organização e mobilização.

Esse processo gerou duas tendências estruturais novas. Uma, o aumento da organização interna da sociedade civil. Maiores parcelas dos trabalhadores e das classes médias organizaram-se. Surgiu um novo associativismo, relativamente autônomo em relação ao Estado. Nota-se o aparecimento de uma elite reformista e emergem as bases de uma nova



consciência política. Outra tendência estrutural nova é o enfraquecimento do Estado, que já atingiu o limite de sua capacidade na imposição de um modelo centralizador, corporativo e intervencionista. No cruzar das duas tendências, problematizou-se a hegemonia dos setores tradicionalmente dominantes, fortalecendo-se a tendência liberalizante.

Ademais, as Forças Armadas – sustentáculo do Estado e do conservantismo – refluíram de seu papel político ostensivo. Afetadas pelo declínio do ciclo econômico, ocorrido durante seu regime, e desunidas pela politização interna, as Forças Armadas deixaram a cena visível do poder como uma estratégia de recomposição da unidade e do prestígio. Os recursos de poder que elas conservam, no entanto, garantem-lhe um papel privilegiado nas decisões estratégicas, especialmente aquelas pertinentes à segurança nacional. Mas não lhe garantem uma posição totalmente hegemônica, num ambiente sócio-político alterado. Esse novo ambiente exige negociação.

## OS ELEMENTOS DA CONJUNTURA

O quadro político futuro exprimirá, naturalmente, o entrechoque entre as tendências estruturais históricas e modernas. É óbvio, porém, que elas serão condicionadas pelas novas conjunturas. É nas conjunturas, afinal, que as estruturas realizam suas opções. E o que nos mostra a atual conjuntura?

Tornou-se mais nítida a divisão da sociedade brasileira em duas grandes correntes. Uma, a reformista-popular, expressão da tendência liberalizante. Outra, a corrente burguesa, expressão da tendência conservantista. A primeira é integrada pela média burguesia reformista, pelas classes médias técnicas e pelos trabalhadores organizados, rurais e urbanos. As classes médias técnicas – administradores, funcionários, técnicos, cientistas, intelectuais, profissionais liberais – cresceram consideravelmente nos últimos tempos. Elas representavam 7,3% da força de trabalho em 1960 e, segundo investigação recente, passaram a representar 16,6% em 1980. A corrente burguesa, por sua vez, é formada da grande burguesia e da média burguesia conservadora, de que é aliada a alta tecnoburocracia civil e militar. Ambas as correntes estão representadas nos partidos políticos<sup>2</sup>.

Essa divisão dicotômica da sociedade brasileira internalizou-se no sistema político, através da política de conciliação, ao integrar no governo parcelas tanto da corrente reformista-popular quanto da corrente burguesa,

---

2. Uma descrição mais detalhada da composição dessas duas correntes foi recentemente feita por Luiz Carlos Bresser Pereira. (1985). Os números sobre o crescimento das classes médias técnicas foram extraídos do trabalho de Bresser.

ambas representadas no movimento político que elegeu Tancredo Neves e José Sarney. Essa é uma situação anômala, pois geralmente uma corrente se sobrepõe à outra, governando. Ao internalizar-se no sistema político, num momento em que a liderança militar refluí, criam-se no processo decisório do governo tensões antagônicas que conduzem a políticas contraditórias e vacilações decisórias. Um quadro desse tipo somente se interrompe quando uma corrente se torna dominante ou quando uma liderança excepcional se sobrepõe a ambas.

Caso a corrente burguesa se torne dominante, o reformismo será menos intenso e mais controlado, assim como se reduzirão o populismo e o clientelismo. Em caso de triunfo da corrente reformista-popular, porém, o reformismo será mais intenso e menos controlado, assim como serão ampliadas as do populismo e do clientelismo. A primeira corrente dispõe de maiores recursos de poder, pois ela é mais homogênea, mais organizada, mais articulada e tem quadros mais aptos para lidar com as tarefas governamentais. Seu projeto de domínio, porém, encontra-se conjunturalmente embaraçado, seja pela conjuntura de liberalização, seja pelo avanço da organização popular, sindical e partidária dos trabalhadores nos últimos anos.

O novo sistema político é, assim, uma estranha diarquia, que representa justamente o caráter mais específico da internalização, no governo, das divisões maiores – políticas e ideológicas – existentes na sociedade. Um pólo da diarquia é integrado por políticos e intelectuais do PMDB, que representam segmentos sociais ideologicamente afins e cujos interesses se situam no quadro de uma economia estatizada. No caso brasileiro, o estatismo não define uma pauta reformista, tendo em vista os vigentes padrões de estatização. No entanto, a verdade é que os interesses da corrente reformista-popular dependem do controle estatal da economia, pois isso se opõe aos interesses privados conservadores. O outro pólo é representado por políticos e intelectuais, filiados ou não ao PMDB e ao PFL, cujas expressões principais são os altos empresários e os chefes políticos mais conservadores. A cúpula da tecnocracia e a elite técnica dependem de que a estatização seja contida, abrindo-se novos espaços ao setor privado da economia.

Os embates dentro do governo opõem justamente essas duas correntes. É esta divisão, ao mesmo tempo política e ideológica, que está por baixo das divergências de enfoque na esfera da política econômica. As dúvidas do presidente Sarney, assim, não refletiriam apenas falta de discernimento quanto aos melhores caminhos a seguir. Refletem, sobretudo, o entrechoque de duas forças poderosas, ambas representadas na coalização política que o colocou no governo.

Esse entrechoque impede o domínio de qualquer das duas grandes correntes que disputam espaços no governo. Isso significa que recursos de poder cruciais flutuam, isto é, não se encontram apropriados por nenhum

grupo particular. A hipótese mais provável é que esse quadro permaneça imutável por um tempo considerável, até quando se caracterizar um cenário de crise aguda – econômico-social, política e de funcionamento do governo. Uma situação desse tipo cria uma dinâmica que conduz ao aumento dos recursos de poder de uma corrente, às expensas da outra, reduzindo-se as ambigüidades.

Não é provável que a corrente reformista-popular se torne totalmente dominante. Ela dispõe – atualmente – de bases de opinião pública, partidárias e congressuais poderosas, mas é heterogênea, desarticulada, suas idéias são imprecisas e ela não dispõe de quadros habilitados para governar. Ademais, é sobretudo dela que partem as práticas de tipo fisiológico ultimamente verificadas com grande intensidade, o que corrói continuamente sua reputação. E é também em seu âmbito que emergem o populismo e o clientelismo, fatores de ineficiência que tendem a contribuir para o agravamento da conjuntura de crise. Além disso, caso a corrente reformista-popular tomasse solitariamente o poder, entraria fatalmente em choque com os grupos mais poderosos da elite.

A corrente burguesa, por sua vez, é minoritária em bases de opinião pública, partidárias e congressuais. Sua principal debilidade, porém, parece residir no fato de que ela se recusa a aceitar determinadas realidades, como o avanço organizativo das classes populares e, em conseqüência, a impossibilidade de manter-se a rigidez tradicional do sistema de participação. No entanto, a corrente burguesa dispõe de algumas vantagens nítidas sobre a corrente reformista-popular: ela é mais homogênea, mais articulada, suas idéias são mais precisas e seus quadros são mais aptos. Seu projeto, além disso, encontra-se totalmente encampado pelos meios de comunicação.

José Sarney é, política e ideologicamente, um meio termo entre uma corrente e outra. Ele é um homem de tradição partidária e congressual, mas está consciente de que o nível de racionalidade declinou e tende a manter-se baixo no Congresso e nos partidos e de que não lhe será possível governar caso não possa sobrepor-se a essa realidade. Sob esse aspecto, ele tende para a corrente burguesa. Por outro lado, Sarney vem de uma região pobre, de convivência íntima com alguns dos potenciais mais explosivos da realidade brasileira. Ademais, ele recebeu o governo num momento de saturação da ordem social. Ele sabe, assim, que reformas são imperativas, sobretudo no campo sócio-econômico. Sob esse aspecto, Sarney tende para a corrente reformista-popular. Isto é, o momento é da liberalização, numa quadra em que o conservantismo é estruturalmente mais forte e conjunturalmente mais fraco e em que a liberalização é conjunturalmente mais forte e estruturalmente mais fraca.

Ora, José Sarney pode não ser um homem de discernimento excepcional, nem uma personalidade especialmente vigorosa. Mas ele tem o sentido da história. É provável, assim, que sua inclinação – estimulada

pelo entrechoque de tendências acima aludido – se dirija para a idéia de presidir uma solução de compromisso, pelo qual ele se defina pelos setores mais moderados de ambas as correntes: a esquerda da corrente burguesa e a direita da corrente reformista-popular. Nesse caso, a expressão partidária principal do governo seria o PMDB, sob controle de seus setores mais conservadores, ou um partido centrista que eventualmente se forme em caso de enfraquecimento agudo do PMDB.

Num quadro desse tipo, o reformismo poderá ser racionalizado e moderado, mas não evitado, pois algum compromisso reformista é condição de ajuste entre as duas correntes, na linha de uma política de conciliação arrefecida pelas tendências estruturais modernas acima referidas. O modelo histórico da política de conciliação não poderá ser totalmente reproduzido, mas é óbvio que ele ainda dispõe de energias consideráveis.

### O CENÁRIO DO COMPROMISSO

O cenário político para o resto dos anos 80, assim, poderá assumir as seguintes características:

1) A instabilidade e as vacilações do sistema político poderão ser moderadas, mas não eliminadas. Isso decorre do entrechoque das tendências acima referidas, pois nenhuma solução de compromisso será perfeita, e também das tensões sócio-políticas associadas aos desequilíbrios estruturais da sociedade brasileira;

2) O controle estatal da economia deverá ser contido ou moderado, em virtude do declínio do modelo centralizador, corporativo e intervencionista e da nova vontade política que esse fato inspira. Ademais, os recursos financeiros à disposição do setor público se tornarão mais escassos. No entanto, o sistema econômico continuará dependendo do Estado em uma medida ainda expressiva, seja em virtude do poder por ele acumulado, seja em face da persistência de muitas das razões estratégicas que informaram o crescimento do aparelho estatal brasileiro. O fato de que a corporação militar não foi derrotada como ator político, mas preserva parte substancial de seu poder, reforça essa tendência. No novo ambiente, no entanto, crescerão as demandas por maior eficiência do setor estatal;

3) As leis e regulamentos referentes ao capital estrangeiro não sofrerão alteração significativa. Não é provável a ocorrência de uma onda nacionalista no país, a menos que o sistema financeiro internacional se comporte com extremo radicalismo em relação ao Brasil. Ao governo não interessa a ocorrência de uma onda nacionalista, seja por sua consciência da aguda dependência do país em relação ao exterior, seja por não lhe interessar a introdução de elementos mobilizantes na política nacional. Ademais, as elites que criam opinião no Brasil, especialmente os meios de comunicação de massa, não são nacionalistas. As Forças Armadas são nacionalistas,



mas seu nacionalismo é contido. Primeiro, por sua dependência do sistema de defesa liderado pelos Estados Unidos. Essa dependência aumentou consideravelmente nos últimos 20 anos, tendo em vista que o Exército se orientou para o plano interno, enfraquecendo suas posições de defesa externa. Segundo, porque uma mobilização nacionalista abriria espaço ao movimento comunista, o que se choca com a ideologia dominante na corporação militar. Há fortes núcleos nacionalistas nas elites política e trabalhista, mas a maior probabilidade é de que eles sejam neutralizados pelos atores que não ganham com o nacionalismo;

4) As práticas clientelísticas e populistas deverão sofrer alguma atenuação. Mas o novo compromisso político não poderá evitá-las inteiramente, pois elas constituem tendências de fundo da cultura política e refletem, ademais, os obstáculos estruturais ao distributivismo e à efetiva ampliação do sistema de participação. O populismo é distributivista mas, como é também um instrumento de manipulação, pratica um distributivismo limitado e controlado. O clientelismo, por sua vez, é um mecanismo de cooptação, pela qual se neutralizam dissidências importantes. O populismo e o clientelismo, no entanto, tendem a afetar o sistema produtivo estatal, na medida em que lhe encaminham demandas irracionais, num obstáculo a mais ao seu crescimento em eficiência;

5) A liberação das forças políticas, associada à maior organização dos trabalhadores e ao declínio do modelo corporativo, deverá reduzir a tutela do Estado sobre o movimento trabalhista-sindical. As relações entre capital e trabalho se tornarão mais livres, aumentando-se a massa salarial e sua pressão sobre a capacidade de investimento e sobre a oferta de bens e serviços. Esse fato exigirá aprimoramento da capacidade de negociação por parte das empresas e pedirá esforços para o aumento da produtividade;

6) Crescerá a participação do Congresso no processo decisório do Estado, especialmente na função de *shaker*, isto é, na imposição de limites políticos à ação do Executivo. A ação do Congresso reforçará o distributivismo econômico e influenciará – mas não determinará – a postura do governo em relação ao sistema financeiro internacional. O fisiologismo e o clientelismo, porém, continuarão sendo uma marca importante da postura dos congressistas, significando isso que a maior participação do Congresso no processo decisório do Estado não se pautará, necessariamente, por critérios racionais;

7) Uma nova institucionalidade será estabelecida, através da Constituinte. Ela será de tipo liberal. Institucionalidade de tipo liberal não significa, necessariamente, total eliminação do centralismo – ele será contido, mas não eliminado. Os caminhos prováveis poderão ser os mesmos trilhados pela Constituição de 1946, quando a definição de uma institucionalidade liberal passou a conviver com a persistência, na ordem constitucional, de elementos centralistas originários do Estado Novo,

como o modelo sindical corporativo adotado em 1937 e ainda presente na ordem constitucional;

8) A solução de compromisso entre o conservantismo e a liberalização criará uma forma intermediária de distributivismo econômico. O distributivismo será ampliado, em relação aos padrões vigentes, mas não em medida expressiva. A previsível persistência de obstáculos à plena retomada do crescimento econômico, no cenário que se divisa, imporá uma tensão polar entre distributivismo e centralização da riqueza e da renda;

9) Ocorrerá alguma reconstrução federalista, que se expressará mais na capacidade dos Estados e Municípios para definir com autonomia suas prioridades, do que em reformas que, efetivamente, redistribuam amplamente a receita tributária. O setor público federal transferirá mais recursos para os Estados e Municípios, mas também lhes transferirá obrigações. A persistência de um elevado déficit público federal, associado às limitações ao crescimento da receita tributária, condicionará o tipo de reconstrução federalista em processo;

10) Tendo em vista que o novo cenário não será isento de tensões desequilibrantes da ordem interna e que muitas das decisões estratégicas do Estado se baseiam em elementos de fundo da cultura e dos interesses militares, prevê-se que as Forças Armadas continuarão sendo um ator político importante. O modelo de intervenção direta, vigente nos dois últimos decênios, cederá lugar a um modelo segundo o qual a corporação militar funcionará como um poderoso *lobby* dentro do Estado. Esse *lobby* poderá ser especialmente ativo em questões tais como a informática, a energia nuclear, as telecomunicações e as políticas globais que afetam a indústria bélica.

Um cenário radicalmente diferente do acima descrito, mediante ascensão da extrema esquerda ou da extrema direita ao poder, não é impossível, mas é altamente improvável. Uma intensa radicalização do sistema político brasileiro somente ocorrerá em caso de total fracasso do atual governo. Esse fracasso poderia se configurar a qualquer momento, mas não existem canais institucionais que permitam uma brusca mudança de situação. Uma oportunidade de mudança intensa somente será oferecida pela sucessão presidencial. O mandato do presidente Sarney ainda está indefinido, mas certamente não se encerrará antes de 1989. Um golpe militar é altamente improvável, pois a corporação militar ainda precisará de muito tempo para reconquistar posição que eventualmente legitime uma nova intervenção direta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos, *Pactos Políticos*, São Paulo: Brasiliense, 1985.  
CAMPOS COELHO, Edmundo, *Em Busca da Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro: Forense, 1976.